

» Entrevista | **LEONARDO BAPTISTA** | CEO DA PAY4FUN

"Sem acesso ao sistema financeiro, a atividade ilegal não se sustenta"

Pay4Fun alerta contra sites ilegais

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Em meio ao debate acalorado sobre a regulamentação das apostas no Brasil, reacendido com a entrega do relatório final da CPI das Bets no Senado Federal, o *Correio* conversa com quem está na linha de frente do combate às operações ilegais. Leonardo Baptista, CEO e cofundador da Pay4Fun — primeira instituição de pagamento autorizada a atuar no setor — faz um alerta direto: o público precisa saber identificar sites irregulares e entender os riscos por trás dessas plataformas.

Com a experiência de quem já rompeu relações com mais de 600 operadoras fora da lei, Baptista explica como funciona o rastreamento de fraudes, o papel estratégico dos meios de pagamento no bloqueio de transações suspeitas e os sinais de alerta que o consumidor não pode ignorar.

Nesta entrevista, ele detalha as falhas mais comuns encontradas em sites ilegais, critica a publicidade enganosa que ainda circula nas redes sociais e defende uma atuação mais integrada entre empresas, reguladores e autoridades policiais.

Considerando que o mercado ilegal de apostas no Brasil movimentava mais de R\$ 1 bilhão por mês e representa uma fatia significativa do setor, qual é a principal característica ou "sinal de alerta" que a Pay4Fun identifica para classificar uma aposta como irregular ou uma plataforma como ilegal?

O principal sinal de alerta é o domínio do site. Desde janeiro de 2025, apenas plataformas com o domínio ".bet.br" estão autorizadas a operar no Brasil. Qualquer site que continue utilizando domínios como ".com", sem licença nacional, está em desacordo com a legislação. Além disso, identificamos como práticas suspeitas o uso de métodos de pagamento proibidos — como cartões de crédito, boleto bancário e criptoativos —, a ausência de verificação de identidade nos cadastros (como o reconhecimento facial), falhas nos mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e campanhas de marketing enganosas que prometem "renda garantida". Esses fatores indicam operações ilegais ou fora da regulação vigente.

Como um meio de pagamento fundamental para o ecossistema de apostas, qual é o papel específico da Pay4Fun e de outras empresas do setor no combate ao mercado ilegal? Quais mecanismos ou tecnologias vocês empregam para identificar e bloquear transações para plataformas ilícitas?

Como instituição de pagamento regulada pelo Banco Central, a Pay4Fun exerce um papel central no combate ao mercado ilegal. Adotamos critérios rigorosos para a entrada de parceiros, exigindo documentação completa, verificação da estrutura societária e checagem de antecedentes. Todas as transações passam por validação de CPF, e só permitimos movimentações com contas vinculadas ao titular — o que impede, por exemplo, transações de menores de idade, pessoas falecidas ou presentes em listas restritivas. Desde o início da regulamentação, deixamos de operar com mais de 600 sites que não buscaram se adequar. Trabalhamos exclusivamente com plataformas licenciadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA). Costumo dizer que os meios de pagamento são os principais pilares do ecossistema regulado — especialmente no Brasil, onde mais de 99% das transações são feitas

Divulgação



A principal lacuna está na aplicação da lei. A regulamentação brasileira já existe, mas precisa ser acompanhada de fiscalização mais ágil e punições efetivas. Também é urgente a integração entre o Banco Central e a SPA, para acelerar o bloqueio de canais de pagamento irregulares"

via Pix. Eliminar o acesso ao canal financeiro é a maneira mais eficaz de inviabilizar operações irregulares. O bloqueio de URLs por parte da Anatel, por exemplo, pode ser contornado com novas páginas, mas sem acesso ao sistema financeiro, a atividade deixa de ser sustentável. Para isso, adotamos três frentes principais de atuação. A primeira é o monitoramento transacional contínuo, com a obrigação, como instituição regulada, de acompanhar todas as transações e reportar ao COAF quaisquer movimentações suspeitas — o que permite a identificação rápida de padrões atípicos. A segunda frente é o nosso processo rigoroso de KYM (Know Your Merchant), em que cada novo parceiro passa por análise documental, verificação de histórico e avaliação de conformidade com as normas da SPA, sem exceções. Por fim, mantemos um canal direto e ativo com os reguladores, atuando em parceria com a SPA e com o Banco Central, inclusive para reportar sites ilegais e instituições que estejam processando Pix para plataformas não autorizadas. É esse conjunto de medidas que nos permite atuar com firmeza contra o mercado ilegal, preservando a integridade do sistema financeiro e a segurança do consumidor.

Além do bloqueio de transações, que tipo de medidas proativas ou soluções inovadoras os meios de pagamento podem desenvolver para coibir ativamente a atuação dessas plataformas irregulares? Há exemplos internacionais que poderiam ser aplicados aqui?

Na Pay4Fun, monitoramos em tempo real os padrões de transações e ajustamos constantemente nossas regras de compliance. O modelo britânico é um bom exemplo a ser seguido: há forte integração entre reguladores, operadoras e instituições financeiras, o que acelera a identificação e a resposta a fraudes. No Brasil, a atuação da Anatel tem sido importante, mas os operadores ilegais criam novas URLs com frequência. Por isso, o bloqueio financeiro permanece como o principal mecanismo de contenção. Acreditamos que o Brasil pode avançar nesse sentido, fortalecendo a cooperação entre empresas e o setor público para impedir que plataformas ilegais acessem o sistema financeiro.

Do ponto de vista de quem está na linha de frente das transações, quais as lacunas regulatórias ou legislativas

mais urgentes que precisam ser enfrentadas para conter o avanço do mercado ilegal?

A principal lacuna está na aplicação da lei. A regulamentação brasileira já existe, mas precisa ser acompanhada de fiscalização mais ágil e punições efetivas. Também é urgente a integração entre o Banco Central e a SPA, para acelerar o bloqueio de canais de pagamento irregulares. Outro ponto crítico é a publicidade: ainda vemos influenciadores promovendo sites ilegais com promessas de lucros fáceis. É preciso aplicar as normas do Conar e proteger os consumidores. A diferenciação entre quem está dentro da lei e quem burla as regras deve ser clara — e respeitada.

Sabemos que a colaboração é essencial. De que forma a Pay4Fun atua em conjunto com órgãos reguladores, autoridades policiais e operadores legais para fortalecer o combate ao mercado ilegal? Existem desafios nessa coordenação?

A Pay4Fun mantém diálogo constante com a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), com o Banco Central e com autoridades como o COAF. Reportamos plataformas suspeitas, campanhas de marketing ilegais, intermediários financeiros irregulares e até influenciadores que promovem apostas fora do Anexo X. Também trabalhamos em conjunto com operadores licenciados, trocando informações para fortalecer o ecossistema regulado. Um dos principais desafios ainda é a falta de integração entre os diversos órgãos envolvidos — o que pode tornar o processo mais lento do que o ideal. Outro obstáculo é a capacidade de fiscalização limitada da SPA, que ainda está em fase de estruturação. Mesmo com essas dificuldades, temos visto avanços importantes e acreditamos que, com mais integração e recursos, o combate ao mercado ilegal será cada vez mais efetivo.

Como a Pay4Fun atua no combate ao mercado ilegal de apostas e quais os principais desafios da regulamentação no Brasil?

Nosso foco principal é impedir que plataformas ilegais tenham acesso ao sistema financeiro, especialmente ao Pix, que representa 99,99% das transações do setor. Aplicamos um processo rigoroso de KYM (Know Your Merchant), aceitando apenas sites licenciados pela SPA com domínio ".bet.br". Desde o início da

nova regulamentação, deixamos de operar com mais de 600 plataformas offshore. Além disso, reportamos movimentações suspeitas ao COAF e trabalhamos em colaboração com a SPA e o Banco Central para identificar e desconectar intermediários de pagamento não autorizados. Os principais desafios ainda são o uso de domínios internacionais e o envolvimento de fintechs que processam pagamentos sem saber que estão colaborando com sites ilegais. Outro ponto crítico é a publicidade enganosa, que apresenta as apostas como investimento, e não como entretenimento. Defendemos regras mais claras e firmes para esse tipo de comunicação. Apesar disso, vemos um enorme potencial. Com mais integração entre reguladores, empresas e autoridades, o Brasil pode se tornar um modelo internacional. Também apostamos na educação do consumidor e acreditamos que, no médio prazo, o país poderá avançar na discussão sobre a regulamentação do jogo físico, como os cassinos, o que consolidaria um ambiente ainda mais seguro, transparente e sustentável.

Qual é a visão da Pay4Fun para o futuro do mercado de apostas no Brasil, considerando o cenário atual de alta informalidade? Que passos ainda são cruciais para que o país alcance um ambiente online totalmente regulado, seguro e que mitigue os riscos do mercado informal?

A Pay4Fun vê o futuro do mercado brasileiro de apostas com muito otimismo. Apesar do alto grau de informalidade inicial, acreditamos que o país tem potencial para se tornar o maior mercado regulado de jogos do mundo. Após uma queda esperada no final de 2024 — reflexo natural da transição para o novo marco regulatório —, o setor já demonstra sinais de recuperação. Nossa expectativa é que 2025 represente um ano de crescimento consistente para o mercado legalizado. Mas o avanço depende de passos estruturantes. A regulamentação precisa ser um processo contínuo, como ocorre no Reino Unido, que mesmo com décadas de experiência ainda promove ajustes anuais. É urgente também a regulamentação dos criptoativos pelo Banco Central, para fechar uma das principais portas para operações ilegais. Outro ponto essencial é o fortalecimento da SPA, com mais recursos, equipe técnica e autonomia para fiscalizar e agir com agilidade.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Armações políticas

A crise fomentada pelo governo ao tentar onerar os impostos para engrossar a arrecadação tributária já recorde e expandir ou criar projetos de sedução eleitoral foi oportuna. Com despesas correndo à frente das receitas desde a segunda metade do governo Bolsonaro e aceleradas na gestão Lula, o modelo de governança dirigido para angariar eleitores implodiu e não pode continuar.

É este o sentido dos alertas nas últimas duas semanas, a partir do decreto presidencial que aumentou unilateralmente as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de que o ato seria sustado no Congresso. Trata-se de decisão democrática: o governo propõe e o Congresso aprova, vota, muda ou engaveta a proposta.

Em geral, aprova. Só que o tempo passou e muitos não viram. Não viram, por exemplo, que dos 177 milhões de brasileiros em idade ativa, 104 milhões recebem salário, aposentadoria ou bolsa do orçamento federal, segundo uma consolidação da gestora Kinea. Isso equivale a 95% da força de trabalho (110 milhões) e 58% da população ativa, com custo de R\$ 1,6 trilhão em 2024. Como fazer ajuste fiscal frente a tais dados? E o governo quer inflar mais.

Hoje, ao se mostrar alinhado ao sentimento majoritário em todas as classes sociais contrário ao peso dos impostos, medidos pela carga tributária de 33% do PIB, a facção de economistas com viés fiscalista cobra coerência do Congresso. Chamam os parlamentares de hipócritas, já que são cúmplices de três décadas de aumentos sem dó dos tributos federais, estaduais e municipais. É verdade.

O que qualificam de "hipocrisia", contudo, pode ser visto como o início da maturidade do processo político, em que oposição não se transforma em base governista à custa de aliciamento pelo manejo do pagamento de emendas de despesas à lei orçamentária e a entrega de ministérios e autarquias, mas em torno de um ideário comum.

Um Congresso altivo, o que implica partidos com projeto de país, é o alicerce da democracia. Isso perdemos desde o escândalo da Lava Jato, mas começou antes, quando o governo aliciou partidos e parlamentares com mesadas e facilidades que os levaram a conectar-se a lobbies empresariais e a promover a elite da burocracia de servidores da população a sócios do Estado para lhes servir.

Entrelaçamento dos infernos

A húbria do governo ao escalar o IOF foi metástase de um sistema exaurido. Incomodou o Congresso, mas não o governante, que apelou a "gambiaras", na expressão do presidente da Câmara, Hugo Motta.

O fez para tomar por meio do IR a receita que esperava arrecadar com o IOF não para ajeitar o déficit público e, sim, para bancar outra leva de projetos eleitoreiros sem implodir o regime fiscal.

Segundo um interlocutor da direção no Congresso, "Haddad e Lula não querem aprovar um ajuste fiscal, querem que o Congresso aprove o 'vale-reeleição'". Sua lista: gás de graça, Pé de Meia, conta de luz gratuita até 80kw, isenção do IR até R\$ 5 mil etc.

O tal do arcabouço rachou e se apruma graças ao endividamento do Tesouro via títulos emitidos sobre os quais incide a taxa de juro definida pelo Banco Central, a Selic. É este o entrelaçamento dos infernos: dívida crescente, inflada pela taxa Selic, cujo nível atual, 14,75% ao ano, arruina o caixa das empresas e faz a festa dos rentistas para esfriar a inflação movida a consumo e custos.

Está tudo desarrumado e desaranjado entre os três poderes, com invasão de competências do legislativo pelo STF — como agora, ao decidir, o que se confunde com legislar, sobre o que pode ou não ser postado em redes sociais —, e do Congresso sobre o Executivo, que se escora no Judiciário para se impor à Câmara e ao Senado.

Muitos estranham a reação do Congresso, tomada por hipocrisia ou rebeldia, normalizando o que de fato é estranho: um governo sem a maioria parlamentar aprovar a maior parte de seus projetos. Como?

Ou é coalizão, ou é confusão

Se o bloco de esquerda liderado pelo PT é e sempre foi amplamente minoritário no Congresso, com 20% de 81 senadores e 25%, se tanto, do total de 513 deputados, não havendo nenhuma identidade entre os programas dos partidos de centro e direita com os ideais do presidente, algo não republicano os uniu. E agora os desune.

Chamou-se este arranjo de "presidencialismo de coalizão", o que é uma expressão tecnocrática demais para uma base formada a pretexto de dar governabilidade ao Executivo à custa de pagamentos por meio de emendas e o comando de estatais e licitações, dando no que deu.

Nos dois governos FHC, o PSDB não tinha maioria, mas a gestão e os propósitos estratégicos foram divididas com PFL e MDB, moldando uma maioria confortável sem grandes polêmicas. Além do acerto de que caberia ao PFL indicar o candidato em 2002 à sucessão de FHC, frustrada pela morte precoce do deputado Luis Eduardo Magalhães.

Sem este contexto, não se compreende o atual dissídio político e o que pode amenizá-lo. Governo e Congresso harmônicos houve só no tempo de Temer, inviabilizado pelo incidente ainda pouco claro em que um empresário gravou uma conversa com o presidente. Não fosse isso, e as grandes reformas estruturantes teriam sido aprovadas.

Para o caldo não entornar

Na gestão passada, depois de bradar ser "antissistema", Bolsonaro entregou a interlocução com o Congresso e a execução fiscal ao tal entrão, vindo daí o "orçamento secreto", forma de projetos serem aprovados a despeito do presidente não ter maioria parlamentar, e é o que fez Lula aprovar o que quis até meados do ano passado.

Ao passar a anunciar primeiro e depois procurar o Congresso, como fez com o IOF e a MP do IR, pôs o ministro Fernando Haddad na roda e aticou a maioria a se descolar do governo tanto por se ver forte nas eleições de 2026, quanto por saber ter o apoio de boa parte do eleitorado e do empresariado contra gazuas para abrir cofres públicos, ou "gambiaras" tributárias segundo Hugo Motta.

Hoje, estamos assim. O governo acena com a liberação das emendas que ainda pode reter (as não impositivas) e, como suspeita grande parte dos partidos de centro, joga combinado com o ministro Flávio Dino, do STF, relator do processo sobre o orçamento secreto. Morde e assopra, na expectativa de dançar com Motta e Davi Alcolumbre.

Mais provável é que renuncie a parte do "vale-reeleição" e ceda algum corte efetivo de gasto. Mudar para valer o problema fiscal, porém, só depois de 2026. E cada lado será intensamente cobrado a apresentar programa e soluções inovadoras.

O que se espera? Ações para tirar obstáculos ao desenvolvimento econômico e social, restabelecer a integridade das instituições e reacender a esperança da sociedade, para dinamizar a economia, agilizar e melhorar a qualidade dos serviços públicos e promover o crescimento movido a investimento e o bem-estar com uso intensivo e inclusivo de inovações conectadas aos avanços tecnológicos. Sem algo assim, o caldo social e político já ruim deverá entornar.